

— que modelo sonhamos para o mundo rural, a «comunidade» ou a «sociedade»? Os laços afectivos são importantes para quem? Não fugirão precisamente os jovens de um meio demasiado arcaico, pequeno, integrado e opressivo? Não será mais importante reconhecer os seus rápidos direitos à autonomia, em termos de emprego, habitação e relações sociais?

— tudo isto não nos fará defender mais as pequenas vilas rurais do que as pequenas aldeias ruralistas? Não será que, como escrevia Lévi-Strauss, «a oposição é, não entre vida urbana e vida rural, mas antes entre diferentes formas de vida urbana»? As tendências recentes não apontam justamente para uma concentração nas urbanizações pequenas e médias, contra a violência (em termos de relações e em termos de oportunidades) das pequenas aldeias e das grandes metrópoles? Que relações terão essas urbanizações com a vida rural e agrícola?

— já será evidente que é mais importante estar atento ao surgimento de novas formas específicas de cultura, expressão de novas formas de vida nas áreas consideradas, do que trabalhar para uma conservação artificial da cultura tradicional?

— para defender tudo isto, qual a natureza do diálogo com o Estado? Até que ponto se podem impor as particularidades e iniciativas locais? Não será o poder local predominantemente (ou exclusivamente) urbano, e por isso muitas vezes contrário aos interesses especificamente rurais? ■

Paulo Filipe Monteiro

Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos

Decorreu em Sesimbra de 1 a 3 de Março de 1985 o 6.º Encontro da APEAA, subordinado ao tema «Língua, Literatura, Ideologia». Para além da participação de docentes do ensino superior e secundário, este encontro contou ainda com a presença de David Lodge, da Universidade de Birmingham, Terry Eagleton, da Universidade de Oxford, e Paul Levine, da Universidade de Copenhaga.

Apesar da diversidade de assuntos abordados pelos conferencistas — justificada, aliás, pela amplitude do tema proposto para o encontro — evidenciou-se uma preferência pelo tratamento de questões

relacionadas com a ficção narrativa. Assim, David Lodge abordou o romance de D. H. Lawrence *Women in Love* à luz da teoria dialógica do romance de Bakhtine («Lawrence, Bakhtine and the polyphonic novel»); esta teoria informou também a leitura que Margarida Losa propôs para *Sartor Resartus* de Carlyle («*Sartor Resartus*»); Paul Levine falou da visão apocalíptica nos romances americanos do pós-guerra à década de 80 («*Politics and imagination in modern American Literature*»); Luisa Flora centrou-se na problemática da tradição e da diferença no romance inglês da década de 60 («Mudam-se os tempos, muda-se o romance»); finalmente, João de Sousa Nunes falou da modernização da prosa no período augustiniano, tomando como texto exemplificativo a sátira de Swift *The Tale of a Tub* e dissecando os processos de veiculação ideológica utilizados na obra.

Harold Bloom esteve presente com a sua teoria de influência poética nas conferências proferidas por Susan Brown («Bloomian Intertextuality: an instance of the post-Emersonian tradition») e Teresa Cid e Teresa Alves («Emerson e a ideologia americana»).

As comunicações de Terry Eagleton e Martin Kayman destacaram-se das restantes, incidindo sobre pontos centrais ao tema do encontro, embora com ênfases e perspectivas diferentes: Terry Eagleton reflectiu sobre a função e o lugar da literatura e do seu ensino na sociedade capitalista contemporânea («The crisis in English Studies»); a comunicação de Martin Kayman («History was once life lived in earnest: Fred Inglis and the teaching of English») debateu mais especificamente problemas do ensino e da educação, uma área que deveria ter sido espaço obrigatório de diálogo e reflexão neste 6.º encontro da APEAA.

A questão da articulação entre o ensino secundário e o superior foi levantada no final dos trabalhos da sessão de sábado e, como acontecera já em encontros anteriores, tornou-se evidente a necessidade de se reflectir «a sério» sobre esta questão, bem como sobre outras relacionadas com o ensino da língua, cultura e literatura anglófonas.

Assim, o 7.º Encontro que se realizou em Ofir de 7 a 9 de Março de 1986, subordinou-se ao tema «Os Estudos Anglo-Americanos e o Ensino do Inglês em Portugal».

Os trabalhos iniciaram-se com a conferência de Carl James, da Universidade de Bangor, sobre os processos conscientes e inconscientes de aquisição e aprendizagem de uma língua estrangeira («Linguistic Awareness»). A sua segunda conferência incidiu sobre as funções da tradução no ensino do inglês («The roles of translation in FL teaching»)

A preocupação com os vários aspectos do ensino do inglês em Portugal dominou grande parte das sessões deste encontro. Assim, Júlia Ferreira falou da evolução metodológica do ensino da gramática e reflectiu também sobre a preparação dos professores («O ensino da gramática hoje»). Um grupo de leitores das várias universidades portuguesas discutiu questões relevantes para o ensino do inglês a nível superior, nomeadamente os programas, a coordenação entre departamentos e professores e os modelos de língua utilizados. Nesta mesa redonda também se debateu o estatuto e funções do leitor de língua inglesa.

A nível do ensino secundário, Emília Galvão da Direcção-Geral do Ensino Secundário, falou dos programas e do desenvolvimento curricular da disciplina de inglês («Os estudos anglo-americanos e o ensino do inglês em Portugal a nível do ensino secundário»); Isabel Mota e Hermínia Brandão relataram uma experiência por elas levada a cabo com alunos do 10.º Ano («A(s) qualidade(s) e a(s) quantidade(s) do ensino do inglês em Portugal: achegas polémicas para um debate»).

As questões relacionadas com o ensino da literatura e cultura também constituíram um dos centros de interesse deste encontro. Martin Kayman reflectiu sobre a pedagogia do ensino da literatura («The teaching of English and English teaching») e Margarida Losa abordou questões relacionadas com as cadeiras de Cultura Inglesa e Introdução aos Estudos Literários, especialmente no que se refere ao seu carácter propedêutico e integrando-as no contexto mais lato dos objectivos do ensino universitário. Neste ponto gerou-se uma discussão em roda dos modelos teóricos subjacentes aos dois níveis de ensino e seus objectivos. Aliás, um dos aspectos positivos deste encontro foi precisamente esta primeira tentativa de confronto dos problemas existentes e a discussão de formas de articulação do ensino do inglês no secundário e superior.

Mais uma vez, contudo, se fez sentir a

falta de tempo para o debate essencial à problematização das questões levantadas; urge, portanto, repensar a estrutura e organização destes encontros. ■

Maria Teresa Tavares

V Conferência Anual da Conferência Europeia para Estudos Críticos do Direito (Londres, 3-5 de Abril de 1986)

181

A conferência anual de 1986 da C.E.E.C.D. teve lugar no «Instituto da Educação» da Universidade de Londres, no seu departamento designado «Centro de investigação e educação sobre género». Foi organizada pelo grupo de mulheres da «Conferência de estudos legais críticos do Reino Unido», entidade próxima mas não dependente da «Conferência Europeia».

O tema, aprovado na Conferência de 1985, que teve lugar em Coimbra, consistia em «Perspectivas femininas do Direito». Durante três dias, mulheres e homens de formação muito diversa discutiram os mais variados assuntos em «workshops» simultâneos que variaram entre cinco e nove por manhã ou tarde e três sessões plenárias. As comunicações apresentadas e discutidas ora se baseavam em investigação empírica («Investigação feminina no tribunal de comarca», Maureen Cain, «Uma questão de fiança: respostas de magistrados a pedidos de homens e mulheres arguidos», Many Eaton) ora consistiam fundamentalmente em reflexões teóricas sobre temas ligados a (ou inspirados em) o tema central («Direito, poder e resistência», Peter Fitzpatrick). Muitos nomes consagrados da investigação nesta área estiveram presentes (Carol Suart e Frances Heidensohn, Reino Unido, Tove Stary Dahl, Noruega, e Frances Olsen, E.U.A.).

Foram discutidos não só temas já «tradicionais» dentro dos estudos sobre mulheres e Direito, como discriminação laboral, reforma do direito da família e violência sobre as mulheres em geral, mas também novos objectos de estudo que pouco a pouco vão surgindo como o contraponto óbvio e necessário do estudo do *feminino*. Refiro-me à análise do *masculino*, ou seja, à consciência e prática de que conhecer e compreender a identidade social do *género* não se reconduz a estudar (ape-